

SUMÁRIO

SEDUC-MT

Comum - Professor da Educação Básica

LEGISLAÇÃO BÁSICA DA EDUCAÇÃO E DIRETRIZES

Constituição federal de 1988 - capítulo iii, seção i: da educação: princípios e diretrizes do direito à educação no brasil. A educação como direito de todos e dever do estado e da família. Acesso à educação básica gratuita e obrigatória. Liberdade de ensino e a gestão democrática. Diretrizes e políticas públicas para a educação nacional	1
Lei nº 9.394/1996 - Lei de diretrizes e bases da educação nacional (ldb) e suas alterações: princípios e fins da educação nacional. Organização da educação brasileira: níveis e modalidades de ensino. A educação infantil como etapa inicial da educação básica. A estrutura e a função dos sistemas de ensino: federal, estadual, municipal e particular. Avaliação e progressão dos alunos na educação básica. Gestão democrática da educação e a participação da comunidade escolar. Alterações e atualizações da ldb, com ênfase em sua aplicação nas práticas educacionais atuais	6
Resolução nº 05 de 17 de dezembro de 2009 - diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil: princípios e diretrizes da educação infantil como primeira etapa da educação básica. A organização do currículo para a educação infantil: campos de experiências e eixos de aprendizagem. O papel do professor na educação infantil: práticas pedagógicas e convivência social. A avaliação na educação infantil: foco no desenvolvimento integral da criança. A importância da formação de professores para a educação infantil.....	39
Resolução cne/cp nº 02/2017 - base nacional comum curricular (bncc): objetivos e finalidades da bncc no contexto da educação básica. Estrutura da bncc: competências gerais e específicas para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A integração da bncc com os currículos escolares e o planejamento pedagógico. A atuação do professor frente à bncc: metodologias, práticas pedagógicas e avaliação. A importância da bncc para a educação inclusiva e para a formação de cidadãos críticos e participativos.....	42
Lei federal nº 8.069/1990 - Estatuto da criança e do adolescente (eca): princípios fundamentais do eca: proteção integral, prioridade absoluta e responsabilidade da família, sociedade e estado. Direitos e deveres da criança e do adolescente. Artigos 53 a 59: direito à educação, cultura, esporte e lazer. Artigos 136 e 137: deveres do estado, dos pais e das escolas na educação de crianças e adolescentes. O papel da escola na proteção e garantia dos direitos infantojuvenis	52
Lei nº 13.146/2015 - Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência): princípios e diretrizes da educação inclusiva: acessibilidade, adaptações curriculares e eliminação de barreiras. O direito à educação para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A participação das famílias e da comunidade escolar na educação inclusiva. Formação de professores para a inclusão: práticas pedagógicas e recursos didáticos	119

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Leis nº 10.639/03 E 11.645/2008 - História e cultura afro-brasileira e indígena: a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica. O papel da escola na promoção da diversidade étnico-racial. Metodologias e práticas pedagógicas para a educação das relações étnico-raciais. Reflexões sobre a importância de uma educação que respeite e valorize as culturas afro-brasileira e indígena.....	150
Plano nacional de educação em direitos humanos (2007): objetivos e estratégias do plano nacional de educação em direitos humanos. A implementação de políticas públicas de educação em direitos humanos no contexto escolar. Educação básica: concepções, princípios e ações programáticas. Educação superior: concepções, princípios e ações programáticas. Educação e mídia: concepções, princípios e ações programáticas. Educação não formal: concepções, princípios e ações programáticas. O papel da escola na promoção dos direitos fundamentais e na formação cidadã	152
Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. O tratamento das relações étnico-raciais no currículo escolar. Estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. A formação de professores para trabalhar com questões étnico-raciais no contexto escolar.....	153
Plano estadual de educação - lei nº 10.111 De 06 de junho de 2014 (mt): diretrizes e metas do plano estadual de educação de mato grosso. A articulação entre as políticas educacionais estaduais e federais. A implementação de estratégias de melhoria da qualidade da educação no estado	154
Lei nº 8.806/2008 – Finalidades. Princípios da educação estadual: gestão democrática, direito à educação, qualidade da educação e valorização dos profissionais da educação. Diretrizes. Gestão escolar. Financiamento. Relação com o plano estadual de educação.....	169
Lei complementar nº 50 de 1º de outubro de 1998 - finalidade. Estrutura da carreira dos profissionais da educação básica. Ingresso dos profissionais da educação básica. Formas de provimento. Vacância do cargo público. Regime de trabalho dos profissionais da educação básica. Movimentação na carreira: promoção de classe e progressão funcional. Direitos do profissional: concessões e afastamentos. Direitos e deveres dos profissionais da educação básica.....	170
Decreto nº 1.497 De 10 de outubro de 2022: objetivos do programa educação - 10 anos. Principais metas. Indicadores de monitoramento. Pilares estratégicos: impacto educacional, equidade e diversidade, tecnologia e educação, valorização profissional, gestão para resultados e infraestrutura.....	170
Competências da seduc – mt. Divulgação nas escolas, parcerias e monitoramento	171
Questões	173
Gabarito.....	181

SUMÁRIO



NOÇÕES BÁSICAS DE ÉTICA E FILOSOFIA

Fundamentos da filosofia	1
Filosofia e o filosofar.....	7
Ética e moral.....	11
Senso moral e consciência moral.....	14
Virtude, dever e utilidade	18
Juízos de fato e juízos de valor	22
Valores morais	26
Ética e cultura.....	29
Metaética	33
Ética aplicada: tecnologia, meio ambiente e bioética.....	37
Justiça, direitos humanos e ética	41
Dilemas éticos	44
Ação ética: liberdade e determinismo	47
Agente moral	51
Relativismo moral e universalismo ético	54
Filosofia e vida cotidiana	58
Ética e cidadania	60
Questões	64
Gabarito.....	69

SABERES DIGITAIS DOCENTES

Ensino e aprendizagem com uso de tecnologias digitais práticas pedagógicas.....	1
Curadoria e criação. Análise de dados. Prática inclusiva.....	3
Cidadania digital uso responsável uso ético uso seguro. Uso crítico	6
Desenvolvimento profissional formação continuada	8
Comunicação e colaboração	10
Uso de recursos digitais para a gestão	13
Questões	15
Gabarito.....	19



GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

Contexto geográfico divisão político-administrativa do estado de mato grosso	1
Inserção regional e nacional do estado formação territorial de mato grosso	6
Integração de mato grosso na economia brasileira: principais processos produtivos ...	12
Fluxos de mercadorias dinâmica da fronteira agrícola geopolítica das relações comerciais: relações com o restante do brasil relações com a américa do sul relações com países de outros continentes.....	21
Políticas públicas de desenvolvimento regional e sua espacialização	28
Estrutura territorial características naturais: climas do mato grosso relevos predominantes formações vegetais (biomas) hidrografia (principais rios e bacias) paisagens: paisagens naturais paisagens antrópicas e suas transformações uso e ocupação da terra povos indígenas: características culturais e territoriais recursos naturais e meio ambiente: principais recursos e fontes de energia usos dos recursos e impactos ambientais desastres ambientais no estado políticas de sustentabilidade e meio ambiente população: distribuição espacial e deslocamentos densidade demográfica processo de urbanização redes de transporte questão fundiária: histórico e evolução dos conflitos fundiários setores econômicos: agropecuária e sistemas agrícolas modernização do campo (tecnificação, agronegócio) industrialização e inovações tecnológicas	36
Sociedades e identidades aspectos socioeconômicos da população mato-grossense identidades culturais regionais desigualdades sociais e movimentos sociais no campo e na cidade relações de trabalho: trabalho urbano e rural exploração do trabalho infantil trabalho análogo à escravidão.....	49
Cartografia do mato grosso leitura e interpretação de mapas temáticos regionais	58
Comparações geográficas usando: gráficos tabelas com dados regionais e nacionais	65
Uso de representações gráficas para ilustrar: a inserção do mato grosso no contexto nacional. A inserção internacional	71
Questões	78
Gabarito	82

HISTÓRIA DE MATO GROSSO

Período colonial presença indígena original: povos indígenas originários do território mato-grossense destaque para os bororós/coxiponés no vale do rio coxipó	1
Atuação dos bandeirantes: escravização indígena	4
Expedições de busca por ouro reduções jesuíticas e sua influência	6
Fundação de cuiabá: conflitos e tensões políticas entre os fundadores e a administração colonial.....	7
Fundação de vila bela da santíssima trindade ; criação da capitania de mato grosso ..	10
Escravidão negra no território mato-grossense.....	12
Período imperial crise da mineração: queda da produção aurífera alternativas econômicas adotadas na província de mato grosso	14
Quilombos em mato grosso: presença, resistência e repressão.....	18

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Guerra da tríplice aliança (guerra do paraguai): participação de mato grosso no conflito impactos da guerra sobre o território e a população	21
Economia mato-grossense após a guerra contra o paraguai	25
Influências culturais indígenas: marcas da cultura guarani na sociedade de mato grosso.....	29
Período republicano coronelismo em mato grosso: concentração de poder local e práticas clientelistas.....	33
Economia durante a primeira república: produção nas usinas de açúcar criação de gado como atividade econômica	36
Relações de trabalho no campo e na cidade no início da república	41
Desenvolvimento ferroviário: projetos e impacto da infraestrutura ferroviária	45
Mato grosso durante a era vargas: transformações políticas e econômicas no estado	49
Política fundiária e conflitos sociais no campo	53
Criação do parque indígena do xingu: motivações, impactos e tensões locais	56
Desmembramento do território: processo de separação em dois estados: mato grosso e mato grosso do sul	60
Questões	63
Gabarito	67

SUMÁRIO

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

(...)

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO**SEÇÃO I**
DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)



O NASCIMENTO DA FILOSOFIA E SEUS PRIMEIROS QUESTIONAMENTOS

A filosofia nasceu na Grécia Antiga por volta do século VI a.C., em um contexto de profundas transformações sociais, políticas e culturais. Diferente das explicações míticas que dominavam o pensamento até então — baseadas em narrativas religiosas e tradições orais —, a filosofia surge como uma tentativa de compreender o mundo por meio da razão, da observação e do questionamento sistemático.

Foi nesse momento que os primeiros pensadores começaram a buscar explicações racionais para os fenômenos da natureza, para a existência humana e para a organização da vida em sociedade.

A passagem do mito ao logos

Um dos marcos fundamentais para o surgimento da filosofia é o que os estudiosos chamam de “passagem do mito ao logos”. O mito, forma tradicional de explicar o mundo entre os povos antigos, consistia em narrativas sagradas com deuses, heróis e forças sobrenaturais, oferecendo respostas fechadas e dogmáticas. Já o logos representa a razão, a argumentação lógica, a busca por causas naturais e por princípios universais que organizam o real. Essa mudança não se deu de forma abrupta, mas foi o início de uma nova maneira de pensar — crítica, investigativa e racional.

Os pré-socráticos: os primeiros filósofos

Os chamados filósofos pré-socráticos foram os primeiros a inaugurar essa nova atitude diante do mundo. Embora muitos deles ainda tivessem influências míticas em suas ideias, sua proposta principal era descobrir o “arché”, ou seja, o princípio fundamental de todas as coisas. Alguns exemplos:

- Tales de Mileto (c. 624–546 a.C.) afirmava que a água era a substância primordial do universo.
- Anaximandro propôs o conceito de “ápeiron”, o indefinido ou infinito, como origem de tudo.
- Heraclito de Éfeso via o fogo como elemento essencial e acreditava que tudo está em constante mudança (“ninguém entra duas vezes no mesmo rio”).
- Parmênides argumentava que o ser é eterno e imutável, negando a realidade da mudança.

Esses pensadores não estavam preocupados com a fé ou com os deuses, mas com a estrutura lógica do mundo, buscando explicações que fossem racionais e universais.

A sofística e o foco no ser humano

Com o tempo, o foco da filosofia migrou do mundo natural para o ser humano e a vida em sociedade. Os sofistas — professores itinerantes da Grécia Antiga — começaram a questionar temas como justiça, verdade, moral e política. Ainda que muitas vezes criticados por relativizarem o conhecimento e a moral, eles foram essenciais para colocar o ser humano como centro das discussões filosóficas. Entre eles, destaca-se Protágoras, autor da célebre frase: “O homem é a medida de todas as coisas.”

Sócrates: o divisor de águas

O surgimento de Sócrates (469–399 a.C.) marca uma nova fase na história da filosofia. Sócrates não escreveu nada, mas seus pensamentos foram registrados por seu discípulo Platão. Ele se opunha aos sofistas e buscava, por meio do diálogo e da ironia, conduzir seus interlocutores à verdade por meio da razão. Para Sócrates, o conhecimento verdadeiro só pode ser alcançado através do autoconhecimento e da constante investigação. Sua célebre frase — “só sei que nada sei” — resume bem essa postura filosófica de humildade diante do desconhecido e de abertura ao questionamento.



O uso de tecnologias digitais no processo educativo representa uma das transformações mais significativas no modo como o ensino e a aprendizagem acontecem na contemporaneidade. Mas para que essa presença tecnológica seja, de fato, educativa, é fundamental que ela seja pensada não como uma simples substituição de ferramentas analógicas, mas como uma mudança profunda na lógica pedagógica. A tecnologia, quando integrada com intencionalidade e criticidade, pode ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento, diversificar os formatos de aprendizagem, favorecer a colaboração entre estudantes e estimular o protagonismo, a autonomia e a criatividade. Porém, sem propósito claro, ela corre o risco de se tornar um modismo vazio ou um recurso que reproduz práticas antigas com roupagem moderna.

Vivemos em uma cultura digital, e isso significa que a tecnologia não está apenas nas ferramentas, mas nos modos como as pessoas se relacionam com o saber, com o tempo, com o outro e consigo mesmas. Os estudantes que chegam à escola já estão imersos em um ambiente de múltiplas telas, de redes sociais, de acesso instantâneo à informação e de comunicação fragmentada. O desafio da escola, nesse cenário, não é competir com os dispositivos ou transferir para o ambiente escolar a lógica do consumo digital, mas sim ajudar o aluno a desenvolver uma relação mais crítica, consciente e significativa com esses meios. Isso implica ensinar a selecionar informações, a interpretar conteúdos, a produzir com responsabilidade, a reconhecer os limites e os riscos da hiperconexão — e, sobretudo, a usar a tecnologia como instrumento de aprendizagem, expressão e transformação social.

Nesse sentido, é importante lembrar que a tecnologia por si só não garante inovação nem aprendizagem. Uma aula que usa slides, vídeos ou plataformas digitais, mas mantém a lógica transmissiva, expositiva e centrada no professor, continua sendo tradicional em sua essência. A presença do digital só se torna pedagogicamente relevante quando modifica a relação entre professor, estudante e conhecimento, promovendo maior interação, pesquisa, autoria, resolução de problemas e construção coletiva do saber. A centralidade do processo deve continuar sendo o estudante — a tecnologia deve servir para potencializar sua experiência formativa, e não para desumanizá-la ou automatizá-la.

Além disso, é fundamental compreender que a tecnologia não substitui o professor — ela valoriza ainda mais seu papel de mediador, de curador do conhecimento e de designer de experiências de aprendizagem. O educador é quem decide quando e como utilizar os recursos, o que faz sentido em determinado contexto, quais ferramentas dialogam melhor com o objetivo pedagógico e quais abordagens respeitam o ritmo e o perfil dos seus alunos. Nesse sentido, a formação docente para o uso crítico e criativo das tecnologias não pode se limitar a aprender a operar ferramentas: ela precisa incluir reflexão pedagógica, sensibilidade ética e repertório metodológico.

Portanto, o papel das tecnologias digitais no processo educativo é reconfigurar as práticas de ensino a partir das potencialidades da cultura digital, mantendo como horizonte a aprendizagem com sentido, a inclusão, a autonomia intelectual e a construção do conhecimento coletivo. O que está em jogo não é apenas aprender a usar as tecnologias — mas ensinar e aprender melhor com elas, por meio de relações mais dialógicas, criativas e transformadoras.

Práticas pedagógicas com uso de tecnologias: possibilidades e critérios

Incorporar as tecnologias digitais às práticas pedagógicas exige mais do que saber operar dispositivos ou acessar plataformas: exige planejamento intencional, alinhamento com os objetivos de aprendizagem e sensibilidade ao contexto dos estudantes. O uso pedagógico da tecnologia não pode ser pensado como um adereço, mas como uma ferramenta integradora e dinamizadora da prática educativa, capaz de favorecer a participação, a criatividade e a autonomia dos alunos. Para isso, é essencial que o professor conheça as possibilidades oferecidas pelos recursos digitais, mas também estabeleça critérios claros de escolha, aplicação e avaliação dessas ferramentas no cotidiano da sala de aula.

Entre as práticas pedagógicas mais promissoras com o uso de tecnologias, destaca-se o ensino híbrido, que combina momentos presenciais e digitais de forma complementar, possibilitando que os estudantes avancem em seu próprio ritmo e com diferentes níveis de apoio. Modelos como a rotação por estações, o laboratório rota





LOCALIZAÇÃO E EXTENSÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

O estado de Mato Grosso está localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, sendo um dos maiores estados brasileiros em termos de área. Sua posição estratégica no coração da América do Sul o transforma em um ponto de ligação entre diferentes regiões brasileiras e países vizinhos, com impacto direto sobre sua geopolítica, economia e estrutura territorial.

► Extensão Territorial

Mato Grosso possui uma área territorial de aproximadamente 903.357,91 km², conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa extensão coloca o estado como o terceiro maior do Brasil, ficando atrás apenas do Amazonas e do Pará. Essa imensa área territorial confere ao estado uma grande diversidade ambiental, climática e econômica, criando desafios significativos para sua administração e integração regional.

Limites Geográficos:

O estado é limitado por outros seis estados brasileiros e um país vizinho:

- **Norte:** Amazonas e Pará
- **Nordeste:** Tocantins
- **Leste:** Goiás
- **Sul:** Mato Grosso do Sul
- **Oeste:** Rondônia e Bolívia

A presença da Bolívia como país limítrofe confere ao estado uma fronteira internacional, o que acarreta responsabilidades especiais em termos de segurança, fiscalização e desenvolvimento de políticas de integração.

Localização Geográfica:

- **Latitude aproximada:** entre 7° e 18° sul
- **Longitude aproximada:** entre 50° e 61° oeste

A capital, Cuiabá, é considerada o “coração geodésico da América do Sul”, ou seja, um ponto central em relação ao continente. Esse dado não é apenas simbólico, mas tem relevância para logística, integração regional e posicionamento estratégico do estado.

Biomassas Presentes:

Três importantes biomas brasileiros se fazem presentes no território mato-grossense:

- **Amazônia** (ao norte): caracteriza-se por floresta densa, rica biodiversidade e relevância global para o equilíbrio climático.
- **Cerrado** (no centro e leste): é a formação vegetal predominante no estado, marcada por vegetação arbustiva, solos ácidos e grande potencial para o agronegócio.
- **Pantanal** (ao sudoeste): reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, é uma das maiores planícies alagáveis do planeta, com alto valor ecológico e turístico.

Essa multiplicidade de biomas exige políticas públicas diferenciadas e específicas, além de um olhar atento sobre a sustentabilidade ambiental e os impactos da expansão econômica, especialmente do agronegócio.



CONTEXTO HISTÓRICO E TERRITORIAL

O Território Mato-Grossense no Período Pré-Colonial

Antes da chegada dos europeus, o atual estado de Mato Grosso era um mosaico de povos indígenas, com culturas distintas e modos de vida adaptados aos biomas do Cerrado, Pantanal e Amazônia Meridional. Entre esses grupos, destacavam-se:

- Bororos (Coxiponés) – Dominavam o Vale do Rio Coxipó, região de transição entre o Cerrado e a floresta.
- Paiguás e Guaicurus – Povos canoieiros do Pantanal, especializados em pesca e guerra.
- Nambiquaras e Kayapós – Habitantes do norte mato-grossense, com sociedades baseadas na coleta e agricultura itinerante.

Esses povos mantinham redes de comércio intertribal, trocando artefatos de cerâmica, flechas e alimentos, como o pequi e a mandioca brava.

A Chegada dos Europeus e os Primeiros Contatos

No século XVI, expedições espanholas e portuguesas começaram a adentrar o território em busca de ouro e rotas fluviais para o Peru. Entretanto, foi só no século XVIII, com as bandeiras paulistas, que a colonização se intensificou.

Bandeirantes como Antônio Pires de Campos descreveram os Bororos como “índios altivos, difíceis de dominar”, destacando sua habilidade na guerra e conhecimento do território.

Missões jesuíticas tentaram catequizar os indígenas, mas enfrentaram resistência, especialmente dos Bororos, que preferiam o confronto à submissão.

O Vale do Rio Coxipó: Coração da Resistência Indígena

A região do Rio Coxipó (onde hoje está Cuiabá) era um ponto estratégico:

- Rota de bandeiras – Os colonizadores usavam o rio para chegar às minas de ouro, invadindo terras Bororo.
- Território sagrado – Para os Coxiponés, o vale era essencial para rituais e caça, levando a conflitos violentos quando os portugueses tentaram ocupá-lo.
- Dados históricos: Relatos do século XVIII mencionam aldeias inteiras incendiadas e indígenas escravizados para trabalhar nas minas. Muitos Bororos fugiram para áreas remotas, mantendo-se isolados até o século XIX.

A Visão Indígena Da Colonização

Enquanto os europeus viam o território como “vazio” a ser conquistado, os Bororos e outros povos o entendiam como:

- Espaço sagrado (ligado a mitos de criação).
- Fonte de identidade (a terra era parte da comunidade, não uma propriedade).

Essa diferença de perspectiva explica a resistência feroz contra a ocupação colonial.